



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL: AS FRAGILIDADES DE
UMA DEMOCRACIA EFÊMERA

Maria Inês Caetano Ferreira

mariainesferreira.sp@gmail.com

Universidade Federal do Reôncavo da Bahia

Brasil

André Silva Pomponet

andrepomponet@hotmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Este trabalho é uma pesquisa sobre a construção de diretrizes políticas de juventude no Brasil, verificada na 3ª Conferência Nacional de Juventude, em 2015. No início do XXI foram institucionalizados processos de participação direta da população na formulação de políticas públicas, concomitante à criação de políticas e de órgãos governamentais específicos para a juventude.

As transformações no mundo do trabalho, o prolongamento da vida escolar e o avanço tecnológico alteraram as cristalizações das fases da vida. Antes a juventude correspondia à passagem da infância para a vida adulta. O ciclo das etapas da vida foi abalado, adultos desempenham papéis antes atribuídos a jovens e vice-versa. Atualmente confere-se à juventude prestígio antes outorgado à identidade adulta. No Brasil, essas mutações e, sobretudo, o avanço do contingente populacional jovem na década de 90 desencadeou a necessidade de políticas para esse grupo amplo e diverso. No início do século XXI foram criadas a política nacional, instituições governamentais e as conferências nacionais de juventude, nas quais sociedade e governo deliberaram sobre diretrizes de políticas.

No estudo foi utilizada a metodologia qualitativa, com ênfase na análise de documentos primários e secundários, compostos pelos vários textos elaborados para orientar as conferências – inclusive um survey com os jovens brasileiros sobre seus problemas e valores - e pelas propostas votadas pelos delegados. Também foi realizada observação assistemática durante a 3ª Conferência Estadual de Juventude da Bahia.

Os resultados apontam distanciamento do perfil e das propostas dos delegados das conferências em relação à maioria dos jovens brasileiros, revelados pelo survey citado. Entre os delegados havia amplo contingente de representantes de comunidades tradicionais, com ênfase para grupos rurais, todos militantes políticos. Em contraste, a maioria da juventude brasileira é urbana, com baixa participação e compreensão de processos políticos. Destacam-se coincidências nos temas que preocupam os jovens – como violência, desemprego e educação -, porém com alternativas de enfrentamento muito diferentes. A principal proposta da conferência foi a oposição ao projeto de maioria penal, em contraste com a maioria dos jovens do país, que se revelaram favoráveis à proposta. Em suma, enquanto a maioria dos jovens se pauta por valores liberais e individuais, os delegados, ao contrário, se inspiram em conceitos da esquerda política. Em relação aos valores morais, os delegados sugerem ações de fundo liberal, diferente das respostas do survey, que revelam uma população conservadora. Compreende-se a discrepância a partir das reflexões da literatura sobre movimentos sociais, pois apenas militantes políticos participaram das conferências. O estudo coloca a questão sobre os limites desse distanciamento porque, após a conclusão da conferência, o governo foi deposto e, com ele, a juventude deixou de ser problema na agenda do governo brasileiro.

ABSTRACT



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

This article shows findings of a research on the process of building guidelines for public policies for youth in Brazil. In the beginning of the XXI century, it was institutionalized mechanisms for the direct participation for citizens in the formulation of public policies. By the way, it was created specific agencies and public policies for youth.

The classical life cycle has been embarrassed by changes in the sphere of working, the extension of school life, and the technological advances. Today adults act youth roles and vice versa. Nowadays young people are prestigious as adults were a lot of decades ago. These transformations and also the bonus demographic led Brazilian government developed specific actions for the youth at in the 90s. At the beginning of the XXI century, it was created the National Policy for Youth, public agencies and the national conference for citizens deliberate the needs of Brazilian young people.

The methodology used in this study is the qualitative, mainly the analyzing of documents of the National Secretary of Youth – as a survey on the profile and values of the Brazilian young people – and the delegates' proposals of the Conference in the 2015. Another adopted technique was the unsystematic observation at the Conference in State of Bahia in 2015.

Findings show distance between the profile of the most of Brazilian younger and the delegates of the Conference. A lot of the delegates were from rural areas and the traditional communities, they also were political activists linked to political groups closed to the political party in power in Brazil in that period. On the contrary, the most of Brazilian young are urban, without political experiences. There were similarities between these two groups, all of them pointed out violence, unemployment and education as important themes for Brazilian young people, but they disagree on solutions. For example, the most important delegates' proposal was an opposition against lower the age of criminal responsibility, in contrast many of Brazilian young agree with it.

Differences between delegates' concern and the most of Brazilian young is an important problem because it is possible to conclude these institutions for direct participation did not arise interest of the people in general. So, after the impeachment of the Brazilian President, the youth stop being an important issue to the new Brazilian government.

Palabras clave

Juventude. Democracia Participativa. Políticas Públicas.

Keywords

Youth. Direct Participatory Democracy. Public policies.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

A 3ª Conferência Nacional de Juventude aconteceu entre os meses de maio a dezembro de 2015, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. O objetivo foi indicar ao governo as prioridades para o setor, fortalecer as relações entre governo e sociedade civil, assim como enfatizar a transversalidade entre setores e esferas de governo. O tema dessa Conferência foi “As várias formas de mudar o Brasil”, orientado por XI tópicos (eixos) que, obrigatoriamente, foram debatidos e convertidos em demandas municipais, estaduais e federal, são eles: o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde, à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer, à sustentabilidade e ao meio ambiente, ao território e à mobilidade; à segurança pública e o acesso à justiça.

Esses tópicos foram obrigatórios para todas as conferências dos diferentes entes da União, tratam-se de temáticas amplas, que abrigam diversidade de abordagens. Em primeiro lugar foram realizadas as conferências livres, seguidas das municipais, depois das estaduais e, finalmente, da nacional. Desde a etapa municipal, foram sendo eleitos os delegados para darem repercussão das discussões locais em âmbito mais amplo e, teoricamente, garantirem a representação da pluralidade, expressando as diversidades das juventudes do país. Vale ressaltar que o perfil dos participantes teve que respeitar os recortes dos grupos que compõem a população brasileira. Assim, foram estabelecidas cotas para participação de negros, mulheres, indivíduos de grupos LGBT, de indivíduos com até 29 anos, de povos tradicionais e quilombolas, assim como representantes de setores governamentais e de movimentos da sociedade civil, além do aspecto territorial. Desse modo, teoricamente, proporcionalmente a diversidade da população brasileira estaria garantida.

Esta pesquisa analisou as propostas validadas na esfera federal, comparando-as com os valores e preocupações dos jovens brasileiros, levantados em survey realizado pela própria Secretaria Nacional de Juventude, buscando verificar a aproximação – ou não – das propostas definidas nessa institucionalidade de participação democrática direta com as preocupações da maioria dos jovens



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

brasileiros. Os resultados da pesquisa já foram concluídos, embora parte deles ainda estejam sendo sistematizados e interpretados.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

Carvalho (2002) revela o longo movimento para a construção da cidadania no Brasil. Isso porque, entre as décadas de 30 e 70, o exercício dos direitos civis, políticos e sociais se deram de modo restrito, suscetível aos humores autoritários dos governantes e sempre passíveis de suspensão. Apenas na década de 80 a sociedade brasileira experimentou um real processo de democratização. A Constituição Federal de 1988 simboliza esse processo. A CF é o marco legal que promoveu o alargamento da democracia no país

Os movimentos políticos pela democratização no Brasil e América Latina, em geral, engrossaram os questionamentos sobre os limites da democracia representativa, colocados nos países de industrialização avançada. A democracia representativa, explica Avritzer (1999, p 18) era a teoria hegemônica desde o pós-guerra, estimulando a atuação popular exclusivamente por meio do voto. Avritzer aponta movimento de correntes defensoras da ampliação da participação direta da população no processo decisório. O conteúdo da Constituição Federal expressa a influência das disputas do período, por esse motivo o país dispõe de um sistema híbrido de representação, mantendo a estrutura representativa, mas contemplando espaços de participação direta, que permite à sociedade atuar no processo de tomada de decisão.

A partir de 2003 o governo federal intensificou a criação de institucionalidades para a participação dos atores na esfera federal. Entre as institucionalidades para a participação direta, Avritzer (2009) destaca o papel dos conselhos de políticas, resultado das legislações que regularizaram artigos da Constituição. Esses conselhos adotam paridade representativa como princípio, explica esse autor, envolvendo profissionais do setor e inclusive representantes da sociedade civil. Verifica-se o fortalecimento de instituições para a participação da sociedade nas políticas públicas, como as conferências nacionais de políticas públicas. Pogrebinski e Santos (2011) explicam que a origem das conferências data do governo Vargas, em 1941, porém, elas somente foram robustecidas após 1988, com ênfase a partir de 2003. Esses autores ressaltam que a modalidade vem ampliando a diversidade de pessoas, entidades e temas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Feres et. al. (2012, p.249) elucidam que as conferências são definidas oficialmente como institutos para participação e deliberação sobre diretrizes gerais de políticas de determinado setor. Pogrebinschi e Santos (Idem, p. 260) relatam que as conferências nacionais são convocadas pelo poder executivo, por meio dos ministérios e secretarias. Segundo Souza (2013 p. 57), os órgãos responsáveis pela política setorial em questão publicam portarias, pelas quais são definidas a comissão organizadora da conferência, assim como seus objetivos, períodos e forma de realização, pois o evento nacional é precedido das conferências municipais, regionais e estaduais.

As conferências são organizadas por um regimento interno (FERES et. al., 2012), o qual define os objetivos, que são sistematizados em eixos temáticos, que serão debatidos pelos participantes. O regimento ainda determina o número e composição de representantes da sociedade civil e do Estado, por unidade da federação. As plenárias na fase municipal são amplas, abertas a todos os cidadãos. Nas plenárias municipais são eleitos representantes de todos os segmentos (civil e estatal) para as estaduais e, então, para a federal. Os objetivos da conferência são debatidos em cada esfera da federação – município, estado e federal -, em cada etapa são produzidos relatórios finais, a partir das deliberações resultantes das discussões. Os delegados eleitos dão prosseguimento ao debate, nas plenárias de âmbito estadual e, finalmente, federal. Os delegados são oriundos de grupos e representam seus segmentos, que podem ser de gestores, usuários, profissionais etc.

Feres et. al. (idem) assinalam que os relatórios finais aprovados nos estados são encaminhados para o conselho nacional do setor da política em questão, que reúne em um único documento as propostas dos 26 estados e distrito federal, para a apreciação pela conferência nacional, quando, então, são as elaboradas diretrizes e princípios para a política nacional do setor.

Em 2015 aconteceu a 3ª Conferência de Juventude, com o tema “As várias formas de mudar o mundo”. As anteriores ocorreram em 2008 e 2011. A Conferência de Juventude é parte de um longo processo de reconhecimento dessa fase da vida e do jovem como sujeito de direitos singulares. Como explica Peralva (2007) até algumas poucas décadas atrás, a juventude era conceituada como um período de passagem da infância para a vida adulta. Desse modo, o jovem era um indivíduo ainda em formação, sujeito ao processo de socialização, por meio do qual se tornaria uma pessoa



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

responsável, ajustada às regras sociais. Acompanhando esse argumento, o jovem, por ainda não ter sido totalmente socializado, guardava elementos de resistências à ordem social. Por isso mesmo, era visto como agente rebelde, que deveria estar sob controle. Em suma, o jovem, não raramente, era fonte de problema social. Essa autora destaca a relevância atribuída à juventude nesse contexto, na medida em que ela era o repositório da continuidade da humanidade. Mas como coloca Melucci (2007) as cristalizações das fases da vida sofrem profundas alterações e confusões com as inovações tecnológicas, o prolongamento da escolarização, as mudanças no mundo do trabalho. Assim, o ciclo, antes tido como natural, em que a infância precedia a juventude, que, por sua vez, precedia a maturidade, hoje está abalado. Pois os papéis de cada etapa da vida se embaralharam. Portanto, hoje, o adulto pode permanecer na escola e sem trabalhar, os jovens podem iniciar a vida sexual muito antes das gerações anteriores etc. Vale ressaltar que a identidade juvenil é valorizada. Se antes, a maturidade era a fase da vida mais prestigiada, hoje, a imagem da juventude se tornou o modelo prestigiado. Os adultos, agora, buscam manter a juventude eterna, como anuncia a publicidade. As alterações na concepção do tempo substituem a visão tradicional antes voltada para o futuro, focando-se para o tempo presente. Assim, o jovem pode ser pensado no seu presente, não pelo adulto que um dia ele virá a ser.

Os primeiros movimentos de valorização do jovem, suas demandas e direitos se deram no cenário internacional. Em 1965, a Organização das Nações Unidas deu início às discussões sobre o tema e os países firmaram compromissos a favor dos jovens. Essa agência multilateral ainda decretou, em 1985, o Ano Internacional da Juventude. Em 2000, a UNESCO intensificou as discussões sobre as condições dos jovens no mundo.

No Brasil, a juventude se tornou um tema público, sobretudo, na década de 90. No início, a questão ganhou corpo com a associação de jovens a episódios de violência, com ênfase na tônica do controle social. O chamado bônus demográfico, pelo qual a população jovem passou a corresponder à maior parte da população, sensibilizou o poder público e da sociedade em geral para essa temática, afinal, novas formas de ações de governo se fizeram necessárias para atender ao grande contingente populacional jovem. Assim, foi promovido, em 1997, o seminário “O jovem na trilha das políticas



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

públicas”, pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, a partir daí foram implantadas as primeiras secretarias e coordenadorias de juventude em algumas prefeituras. Em 2003 foi criada a comissão especial de políticas públicas de juventude e realizada a Semana Nacional de Juventude, na Câmara dos Deputados. Em 2004 foi criado o grupo de trabalho interministerial e também aconteceu a Conferência de Juventude na Câmara dos Deputados. Nesse mesmo ano, a UNESCO lançou o Índice de Desenvolvimento de Juventude e a Câmara apresentou o Plano Nacional de Juventude. Em 2005, o governo federal lançou o Plano Nacional de Juventude, criou a Secretaria de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens, Projovem. Em curto período, a tônica sobre a juventude sofreu profunda transformação. De problema, a juventude se converteu em população cidadã, sujeito de necessidades, com potencialidades. Desde o início, as políticas para a juventude se pautaram pela valorização da diversidade e transversalidade nas ações de governo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

A metodologia adotada foi a qualitativa, que permite a análise aprofundada dos conteúdos de documentos oficiais em contraste com as dinâmicas de participação, observada durante a realização da Conferência Estadual de Juventude do estado da Bahia, que ocorreu no mês de novembro de 2015. Os principais documentos cuja análise foi concluída são a síntese das demandas das Conferências estaduais, publicadas no sítio da Secretaria Nacional de Juventude, e o survey sobre o perfil dos jovens e suas percepções, realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, em 2013. A Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude elaboraram textos para subsidiar os debates nas conferências. Esses textos apresentaram dados e discussões sobre as condições dos jovens em geral.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

A Secretaria Nacional de Juventude realizou um survey com jovens de todo o Brasil, em 2013, levantando o perfil e a opinião desse grupo, visando conhecer a realidade, demandas, características diversas, enfim, traçar um quadro geral das condições de vida da juventude no país, de modo a orientar as ações do governo nesse setor. Isso porque a pesquisa era parte das ações estratégicas da Secretaria, no propósito de orientar a formulação de políticas. O estudo é amplo e discute várias facetas da juventude. Nesse trabalho são apresentados apenas pontos que se relacionam mais diretamente com as propostas da III Conferência Nacional de Juventude.

Perfil da juventude

O perfil dos jovens brasileiros, de acordo com o survey, era o seguinte: a maioria dos jovens estava na faixa de 18 a 24 anos (47% da população total entre 15 e 29 anos); em seguida aparecia o grupo entre 25 e 29 anos (33%) e, por fim, aquele entre 15 e 17 anos (20%). Em relação ao sexo, 50,4% era mulher e 49,6%, homem. A população jovem branca correspondia a 34%, a preta era 15%, a parda a 45% e amarela e indígena a 15%. A grande maioria dos jovens informaram que viviam na zona urbana (85%), a população rural era de 15%.

Em relação à escolaridade o quadro apresentado foi o seguinte: 16% possuíam ensino fundamental incompleto; 11% tinham ensino fundamental completo; 21% tinham ensino médio incompleto; 38% tinha ensino médio completo e 13% tinham o ensino superior completo ou incompleto. Sobre trabalho, 74% dos jovens participavam da População Economicamente Ativa, trabalhando ou procurando trabalho. Desses ativos, 53% trabalhavam e 21% estavam desempregados. Já, 26% não trabalhava nem procurava emprego.

Percepções da juventude

O survey investigou as percepções dos jovens sobre a escola (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013, p.44). Para 36% dos jovens a escola estava mais ou menos ligada na qualidade do ensino e para 37% ela estava muito ligada. Para 44% dos jovens a escola não fazia nenhuma atividade para quem não era estudante. A escola não tinha interesse pelo bairro onde estava situada, isso era o que pensavam 29% dos entrevistados, para 30%, ela tinha pouco interesse



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

e 27% achavam que ela tinha mais ou menos interesse. Porém, sobre problemas dos jovens a escola foi apontada como mais ou menos interessada por 41% dos entrevistados, sendo que 28% considerava que ela estava muito interessada. A maioria dos entrevistados (55%) acreditavam que a escola entende mais ou menos os jovens e 27% achavam que entende muito. Conclui-se que boa parte dos jovens consideravam a escola de forma positiva.

Sobre a opinião acerca do que o estudante vive na escola, o estudo (Idem, p. 45) aponta que para 60% o aprendizado fez com que eles conhecessem seus direitos e deveres, 52% consideravam ter conseguido se preparar para o vestibular; 71% avaliavam ter conseguido aprender a se comunicar melhor. A maioria dos entrevistados também consideravam que o aprendizado os qualificou para ganhar dinheiro no futuro, para ter profissão no futuro, para compreender a realidade do país etc. As opiniões, em sua maioria, foram positivas sobre a escola.

Na questão da violência, a maioria (51%) tinha algum parente morto de forma violenta (22% por acidente e 21% por homicídio). A pesquisa questionou sobre quais ações deveriam ser efetuadas para o enfrentamento da violência. A resposta mais citada foi a necessidade de o governo criar políticas de apoio a jovens, para evitar o envolvimento com a criminalidade. A segunda ação apontada foi a necessidade de investir na qualificação e condições de trabalho da polícia; seguida pela terceira ação, o combate à corrupção e à má conduta policial; em quarto lugar, diminuir a idade penal dos adolescentes. O desarmamento da população e descriminalização das drogas em quinto e sexto lugar, respectivamente. O policiamento comunitário, o aumento da capacidade de repressão e aprisionamento em sétimo e oitavo lugar. As duas últimas ações apontadas foram a promoção da cultura de paz e o investimento em penas alternativas. Essas respostas indicam a proximidade dos jovens com o fenômeno da violência e a compreensão da necessidade de ação eficaz da polícia, assim como de formas para impedir o envolvimento dos jovens com o crime.

Os entrevistados foram questionados sobre os principais problemas que preocupavam a juventude. Em primeiro lugar foi apontado a segurança e violência (24%), seguido por emprego e profissão (19%), depois apareceram a educação e a crise econômica, ambas com (9%), seguidas por drogas e família (8%).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Os jovens apontaram as ações que deveriam ser adotadas para melhorar a educação. Em primeiro lugar eles indicaram a necessidade de o governo investir nos salários dos professores (24%), seguido do investimento em infraestrutura nas escolas (20%). Em terceiro apareceu a necessidade de ampliar vagas nas universidades públicas (15%), seguido pelo melhoramento na fiscalização da qualidade de ensino (14%). Na área da saúde, 60% dos jovens sinalizaram a necessidade de contratação de profissionais, 37% achavam que era necessário aumentar o serviço de atendimento e o investimento em infraestrutura foi indicado por 16% dos entrevistados com primeira prioridade.

Na esfera da política, a maioria dos jovens (54%) atribuía importância à participação política. Contudo, a maioria (54%) nunca havia participado politicamente, apesar de 39% desses terem confessado que gostariam de participar. O grupo dos que participavam ou já tinham participado foi de 46%. Para a maioria dos entrevistados (53%) o governo conhecia as necessidades dos jovens, porém não fazia nada a respeito; 20% disseram que não sabiam se os governos tinham ou não ações para a juventude; para apenas 18% o governo apoiava e promovia ações para juventude e 8% acreditavam que o governo não conhecia nem se preocupava com os jovens. Essas respostas apontam que a maioria dos jovens brasileiros desconhecia a política de juventude e os programas implementados. Isso foi confirmado com a colocação de 56% não conhecia políticas do governo para a juventude. O mesmo ocorreu em relação à institucionalidade de participação dos jovens, pois 75% desconhecia a existência de conselhos ou secretarias de juventude.

Propostas III Conferência Nacional de Juventude

O sítio da 3ª Conferência Nacional de Juventude – SNJ - disponibiliza documentos que orientaram a organização do evento, assim como as prioridades aprovadas na fase nacional. A análise dessas propostas indica as preocupações que orientaram os delegados, representantes dos jovens de todo de Brasil. Assim, é possível avaliar o grau de proximidade entre os temas da Conferência e aqueles que inquietam os jovens brasileiros em geral, segundo a pesquisa de 2013, da própria Secretaria Nacional de Juventude.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Segundo a Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude, o conjunto de propostas serviria como subsídio para a Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude sistematizou as propostas oriundas das Conferências Estaduais (foram 594 propostas, correspondentes a duas propostas para cada eixo, dos 22 estados) e 305 da etapa digital.

A partir dessa sistematização, a SNJ produziu um caderno com 899 propostas para discussão da fase nacional. No final da Conferência os delegados chegaram a uma prioridade por eixo temático e três prioridades gerais da Conferência.

As três prioridades da Conferência foram as seguintes:

- 1º lugar com 209 votos – Não à redução penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 2º lugar com 182 votos – Ampliar e acelerar o processo de reforma agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Isso viabilizaria a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo aos jovens condições de permanecer ou regressar às suas terras originais e serem contemplados pelos programas e ações para a juventude rural.
- 3º lugar com 112 votos – Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos gestores, conselhos e fundos públicos de juventude nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses de fundo a fundo, definidos percentualmente entre os três entes federados, para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.

Essas três prioridades teriam poder de orientar as ações do governo. A primeira prioridade expressa um dilema que os grupos militantes de jovens e adolescentes enfrentavam no momento da Conferência que era a proposta, então aprovada pelo Congresso, da redução penal, que possibilitaria a prisão dos adolescentes com 16 anos, em condições semelhantes à de adultos. A definição dessa



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

prioridade teve o objetivo de se contrapor à decisão do Legislativo. Ele tinha poder porque resultou de decisão de audiência pública.

As segunda e terceira prioridades são vinculadas a demandas de grupos de militantes da juventude rural e de povos tradicionais, assim como de militantes de grupos juvenis favoráveis à ampliação e consolidação de institucionalidades de representação juvenil.

As prioridades dos eixos temáticos foram as seguintes:

Saúde (413 votos): Promover a saúde da mulher jovem, sem a lógica da medicalização, o sistema de saúde deve atender o aborto, que deveria ser tratado como caso de saúde pública.

Segurança (410 votos): Criar um Plano Nacional de Enfrentamento aos homicídios que combata o extermínio da juventude negra, dos jovens de povos de comunidades tradicionais, visando a desmilitarização, fim dos autos de resistência, acesso à justiça e formação específica em direitos humanos para atender povos e comunidades tradicionais. Fortalecer o Juventude Viva, com recorte específico para jovens negros, das comunidades tradicionais e LGBT.

Educação (397 votos): Reformulação do ensino básico, desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates de gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária das disciplinas de filosofia, sociologia e história, possibilitando o senso crítico dos estudantes.

Território e mobilidade (344 votos): Criar fundo nacional para garantir a tarifa zero para todos os estudantes

Participação (335 votos): Garantir o Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos gestores, fundos, conselhos nos três entes da federação.

Diversidade (291 votos): Aprovar lei que define crime de ódio e intolerância para proteger jovens.

Meio ambiente com 266 votos: Sustentar a agroecologia por meio de programas sociais para a agricultura familiar, com ênfase na preservação ambiental.

Comunicação (238 votos): Democratização da mídia, alcance para rádios comunitárias, revisão do modelo de concessão pública, com maior participação da sociedade civil.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Cultura (179 votos): Requalificação dos equipamentos culturais, com acesso pela periferia, povos de comunidades tradicionais e assentamentos com a descentralização das ações da juventude; bibliotecas com diferentes linguagens; fomento de grupos culturais, priorizando artistas municipais e itinerantes, editais.

Trabalho (142 votos): Garantir o 1º Emprego, impedir a terceirização, reduzir jornada de trabalho a 40 hora.

Esporte (66 votos): Criação do Fundo Nacional de Incentivo ao Esporte, equipamentos e incentivos ao esporte.

Analisando o conteúdo das prioridades dos eixos temáticos alguns elementos chamam a atenção. Em primeiro o lugar é o fato de que, naquilo que se denominou de prioridade, na verdade há citação de vários temas e não de um apenas. Um exemplo é o caso do Eixo trabalho, no qual se constata a demanda do programa 1º Emprego, mais a oposição à terceirização, de forma bastante vaga, sem a preocupação com uma melhor definição. Uma demanda sem especificação tem a fragilidade de que, no processo de formulação, sofrer importantes transformações que alterem seu objetivo original. Também se observa fragilidade na priorização de um tema, sugerindo dificuldades no consenso sobre o que seria primordial. No eixo emprego, por exemplo, há três prioridades – 1º emprego, objeção à terceirização e objeção à redução da jornada de trabalho – o que parece contribuir na perda de forças no processo de reivindicação.

Verifica-se a ênfase atribuída a direitos dos povos de comunidades tradicionais e de agricultura familiar. No caso do meio ambiente, por exemplo, a prioridade se concentrou, exclusivamente, nesse recorte. Boa parte dos eixos que compuseram a discussão da Conferência trouxe esses recortes no corpo de suas prioridades, como cultura, segurança etc.

Fato que merece ser destacado é a ausência de críticas à ação do governo. Ao contrário, em algumas prioridades parece haver o pedido de ampliação daquilo que o governo já vinha realizando.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

A análise dos resultados do survey sobre perfil e percepção da população jovem brasileira, em 2013, e das prioridades da 3ª Conferência Nacional de Juventude indicam certo descolamento entre essas últimas e os problemas que chamam a atenção da média dos jovens brasileiros. Nos casos em que há coincidência entre temas – como é o caso da violência – a forma sugerida para o enfrentamento da questão indica afastamento nas concepções da média dos jovens e dos participantes das Conferências.

Para a média dos jovens, a violência é o principal problema que os afeta, seguida do trabalho e emprego, depois, a crise econômica e a educação. Para os conferencistas, a principal proposta também foi a violência, seguida da questão da juventude rural e de comunidades tradicionais – envolvendo reforma agrária, financiamento etc. – e ainda a implantação de órgãos gestores, nos quais delegados e atores políticos da juventude possam atuar no debate das políticas públicas.

A segunda e terceira propostas tiradas nas conferências estaduais não foram levantadas pela média da juventude, no survey, inclusive porque a maioria dos jovens não indicou envolvimento com as questões rurais – a maioria é urbana – e também informou não participar nem conhecer processo de participação política. Assim, conclui-se que as propostas das conferências não são muito familiares à média dos jovens brasileiros. Na verdade, a segunda e terceira propostas sugerem proximidade com os interesses dos militantes que participaram das conferências.

Destaque-se, ainda, que a forma de enfrentamento da violência nas conferências foi a oposição à maioria penal para adolescentes, em contraste com a média dos jovens, que sugeriram a maioria penal como uma solução. Nas conferências percebeu-se a preocupação com o respeito à diversidade, enfatizando a questão dos negros, das mulheres, de comunidades tradicionais, juventude rural e LGBT. Já no survey, os jovens em geral destacaram muito pouco aspectos ligados à diversidade, focando em questões mais concretas de suas vidas, como a escola, o emprego, a violência etc.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Grosso modo, é possível concluir que se os representantes na Conferência correspondessem ao perfil da maioria dos jovens brasileiros, as prioridades provavelmente teriam sido outras. Um fato que inquieta é que essa distância de interesses pode favorecer o desinteresse e desconhecimento dos jovens brasileiros em relação à participação de ações políticas organizadas, uma vez eles que podem não se identificar com os debates.

O predomínio de determinados grupos nas conferências, atuando como representantes, influenciando os conteúdos debatidos e propostos na construção de políticas nacionais, pode sugerir um cenário de formação de grupos de elite que passam a ocupar e controlar áreas do governo, provocando insatisfação entre governados. É sobre isso que Moufe (2015) discorre ao refletir sobre o fortalecimento do partido de direita na Áustria, quando um líder conservador conseguiu conquistar eleitores e admiradores ao se opor ao controle que grupos de elite da esquerda sobre quase todas as esferas da máquina pública. Esse líder explorou uma divisão entre os trabalhadores austríacos em geral e as elites do governo, compreendidas como privilegiadas. Esse raciocínio da autora chama atenção para conflitos que podem se formar quando a média da população não se identifica com os pensamentos e ações de atores públicos que deveriam representá-los. Talvez esse afastamento revelado na pesquisa tenha contribuído para o esvaziamento da Secretaria Nacional de Juventude e os órgãos de participação direta, a partir do afastamento da gestão de governo que promoveu as conferências, em 2016. Os debates e as propostas então construídos parecem perder força, assim como os delegados que os protagonizaram.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- Avritzer, L. (2010) Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: ____ (org.). *Experiências nacionais de participação social* (p. 27-54) São Paulo: Cortez.
- ____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, 50, 3, 2007, 443-464.
- ____. Teoria democrática, esfera pública e participação local. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 2, p. 18-43, julho-dezembro, 1999.
- BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, UNIRIO. (2015) *Direitos da juventude, subsídios para o debate 3ª Conferência Nacional da Juventude*. RJ: Unirio.
- Feres, C.; Silva, V.P, Lins, I.L.(2012) Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, jan-abr, 249-284.
- Melucci, A. Juventudes, tempo e movimentos sociais (2007). O. Fávero et. Al. (orgs) *Juventude e contemporaneidade* (pp. 29-46) . Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd.
- Mouffe, C. (2015) *Sobre o político*. SP: ED. WMF Martins Fontes.
- Peralva, A. O jovem como modelo cultural. O. Fávero et. Al. (orgs) *Juventude e contemporaneidade* (pp. 71-93). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd.
- Pogrebinschi, T, Santos, F. (2011) Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no congresso nacional. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, 54, 3, 259-305.
- Secretaria Nacional de Juventude (2013) *Agenda juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros em 2013*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude.
- Waiselfisz, J. (2015) *Mapa da violência 2015*, mortes matadas por armas de fogo. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Brasília. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>
Acesso 12.12.2015